

# Projeto de lei muda o acesso a universidades

O ministro diz que o exame de avaliação dos alunos do segundo grau será nacional, mas cada faculdade poderá fazer adaptações

## O perfil do ensino médio

Habilitações com maior número de concluintes e percentual em relação ao total do ensino  
Brasil - 1988/1993

Habilitações	Concluintes				Crescimento relativo (%) 1988/1993
	1988	%	1993	%	
Magistério de 1º grau - 1ª à 4ª série	127.023	20,1	153.020	18,0	20,5
Técnico em Contabilidade	113.548	18,0	133.282	15,7	17,4
Assistente de Administração	24.165	3,8	22.588	2,7	6,5
Téc. em Processamento de Dados	14.881	2,4	15.701	1,8	5,5
Auxiliar de Contabilidade	3.739	0,6	9.063	1,1	142,4
Técnico em Eletrônica	7.349	1,2	8.044	0,9	9,5
Técnico em Secretariado	8.811	1,4	7.879	0,9	-10,6
Técnico em Agropecuária	7.959	1,3	7.870	0,9	-1,1
Técnico em Mecânica	5.789	0,9	6.818	0,8	17,8
Maq. de 1º grau-Estudos adicionais	12.249	1,9	6.514	0,8	-46,8

por Janes Rocha  
de Brasília

A reforma do ensino público brasileiro entra numa nova fase. Sancionada a lei que cria o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, o governo parte agora para a reforma do segundo grau e para deslanchar o processo de autonomia das universidades.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou ontem mudanças no sistema de avaliação dos alunos do segundo grau em transição para a faculdade. Será criado no ano que vem um exame nacional de segundo grau, com regras básicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O Projeto de Lei das Diretrizes Básicas da Educação, que está no Congresso, diz que o ingresso nas

Universidades vai obedecer um processo seletivo. Cada universidade terá, entretanto, flexibilidade para adaptar a prova a critérios próprios. "Será um exame parecido com o SAT, dos Estados Unidos", explicou o ministro, referindo-se ao sistema norte-americano, que leva em conta os pontos acumulados ao longo da vida escolar. A expectativa é que o projeto seja votado em outubro.

O currículo dos cursos de segundo grau será revisto. O governo vai investir na melhoria dos cursos e na orientação dos alunos para as carreiras profissionais mais procuradas pelo mercado. Para isso terá recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), já aprovados, da ordem de US\$ 200 milhões.

Dos 3,7 milhões de alunos matriculados em 1994, 370,7 mil aproxi-

madamente concluíram os cursos técnicos oferecidos pelos 14.742 mil estabelecimentos de ensino médio existentes no País, entre federais, estaduais, municipais e particulares. De acordo com a tabela "Ensino Médio", um terço destes 370,7 mil alunos escolheu os cursos de magistério de primeiro grau (1ª a 4ª séries) e técnico em contabilidade.

Isso agrava a situação do desemprego no País. Os grandes esforços feitos pelos estados para atrair fábricas de grandes empresas, visando a criação de empregos, podem ser em vão. As empresas utilizam alta tecnologia e exigem profissionais especializados, especialmente de nível técnico. A oferta desses profissionais no País é pequena e concentrada na Região Sul e Sudeste.

Segundo o ministro, a opção por duas profissões de pouca perspectiva mostra que o ensino médio é visto pelos alunos apenas como um caminho para a faculdade e não como um oportunidade de emprego, até porque o mercado não consegue absorver tantos contabilistas e professores. "Queremos diversificar o acesso e as oportunidades no ensino técnico para que ele (o aluno) possa flexibilizar o currículo", comentou Paulo Renato.

É um trabalho de longo prazo. Paulo Renato explicou que a lei que criou o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, prevê que ele dure dez anos. É quando o governo estima que toda a pressão de demanda será deslocada do primeiro para o segundo grau. No ano passado, o número de alunos matriculados no ensino médio subiu para cinco milhões.

O ministro partiu ontem para a Alemanha, levando na bagagem um amplo relatório sobre a situação do ensino no Brasil. O documento será apresentado ao ministério da ciência e tecnologia da Alemanha para servir de base a acordos de cooperação na área do ensino técnico. Depois apresenta o relatório na Conferência Internacional de Educação da Unesco (órgão ligado à Organização das Nações Unidas) em Genebra, na semana que vem.